

Adaptar o Financiamento à Realidade

Sendo o ENDA um fórum de discussão aberto a todos os dirigentes associativos do Ensino Superior, tem assim um papel fundamental na defesa do Ensino Superior em Portugal, visando o bem-estar dos estudantes e os seus direitos, lutando sempre pela sua dignificação e evolução do sistema educativo.

É urgente garantir a adaptação aos desafios que ainda desconhecemos, a flexibilidade e capacidade de personalização das formações no ensino superior, sendo estes elementos essenciais para a transversalidade nos ciclos de estudo, mas também para a motivação dos estudantes.

O Financiamento do Ensino Superior é crucial para colmatar o investimento em infraestruturas, materiais e equipamentos necessários à evolução e melhoria da oferta de cada Instituição, e é importante assegurar a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelos estudantes. Deve também ser valorizada a formação ao longo da vida, e fomentado o interesse na constante atualização de conhecimentos, através da atribuição de benefícios para as empresas que valorizem esta aprendizagem constante dos seus colaboradores.

Neste sentido, é necessária uma revisão urgente da fórmula que permite este Financiamento e uma fixação do valor máximo da propina a tempo integral do 1.º ciclo.

Por tudo isto, as Federações, Associações Académicas e de Estudantes reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, realizado nos dias 4 e 5 de junho em Viseu, reiteram:

Financiamento das IES

- O aumento da dotação financeira às IES, de forma a capacitar as Instituições de Ensino Superior para um aumento das condições de ensino;

Taxas e Emolumentos

- A criação de um quadro legal que considere que as taxas e emolumentos devem estar contemplados no financiamento público necessário ao funcionamento das IES, garantindo a impossibilidade das Instituições as cobrarem;

Propina

- A alteração e atualização da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, para que se estabeleça o teto máximo da Propina Tempo integral do 1.º ciclo de estudos no valor igual ao fixado no Orçamento de Estado de 2022;
- A criação de um regime de benefício fiscal para as empresas que pagam as propinas aos seus trabalhadores, valorizando cada vez mais o seu processo de formação ao longo da vida.

Destinatários: APESP, CCISP, CRUP, MCTES e Grupos Parlamentares

Proponente: FNAEESP